

**Parecer nº 193/99**

Data: 1999.11.17

Processo nº 735

**Requerente:** Albertina Correia Costa.

**1 - O pedido**

Albertina Correia da Costa, identificada no processo, requereu ao Centro Regional do Porto do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil (IPOFG), relativamente a seu marido, José Manuel Artur dos Santos, falecido em 30 de Setembro de 1998, “relatório circunstanciado passado pelo médico assistente, indicando a data do início, causas e evolução das doenças de que era portador”.

Nos termos do artigo 15º, nºs 2 e 4, da Lei do Acesso aos Documentos da Administração (Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, conhecida pela sigla LADA), na redacção da Lei nº 94/99, de 16 de Julho (redacção que se terá em conta em todas as citações que dela a seguir se fizerem), o referido Instituto solicitou a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer sobre a possibilidade de revelação dos documentos requeridos.

A fundamentar o pedido a requerente alega destinar-se o documento pretendido a ser entregue à Companhia de Seguros Império, que lho exigiu.

**2 - Os factos**

Consideram-se provados os alegados vínculo conjugal e falecimento, através de fotocópias (que se juntaram ao processo) do bilhete de identidade da requerente e de certidão do assento do seu casamento com o referido José Manuel Artur dos Santos, do qual também consta o averbamento do óbito deste.

Com a junção ao processo de fotocópia de uma carta da Companhia de Seguros Império, também se considera assente o facto de que a requerente necessita de aceder ao mencionado documento para fazer valer direitos decorrentes de um seguro de vida – apólice 09-11906 – subscrito por seu marido.

### **3 - O Direito**

3.1. Em relação aos documentos nominativos, isto é, aos documentos administrativos que contenham dados pessoais – cf. o artigo 4º, nº 1, alíneas *b)* e *c)*, da LADA –, como são, em regra, os relatórios médicos, é permitido o seu acesso ao titular desses dados, sem necessitar, sequer, de invocar um interesse ou motivo (cf. artigo 8º, nº 1, da LADA). Já o acesso de terceiros a tais dados só é permitido desde que sejam, cumulativamente, satisfeitas as seguintes condições:

- Demonstração de um interesse directo, pessoal e legítimo (cf. artigo 8º, nº 2, da LADA);
- Obtenção de parecer favorável da CADA cf. artigos 15º, nº 2, e 20º, nº 1, alínea *c)*, da LADA .

3.2. A CADA entende que a requerente tem interesse directo, pessoal e legítimo no acesso à documentação relativa ao falecimento de seu marido. Mas o grau de acesso deve ter em conta a finalidade do mesmo. No caso vertente, visa-se a ulterior entrega a terceiro (uma empresa seguradora), pelo que o acesso deve ser proporcionado e adequado a tal circunstância.

### **4 - Parecer**

Pelo exposto, a CADA delibera, ao abrigo da alínea *c)* do nº 1 do artigo 20º da LADA, que o acesso pretendido por Albertina Correia da Costa à mencionada documentação, arquivada no Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil

(Centro Regional do Porto) e relativa a seu marido José Manuel Artur dos Santos, se circunscreva ao(s) documento(s) de que conste a causa da morte.

Por se tratar de acesso por parte de terceiro não pode exigir-se intermediação médica, conforme a nova redacção dada ao artigo 8º da LADA pela citada Lei nº 94/99.

Envie-se cópia deste parecer à requerente e ao Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil (Centro Regional do Porto).

Aprovado na sessão da CADA de 17 de Novembro de 1999.

*Branca Amaral (Relatora) – José Magalhães – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)*